



PERSPECTIVAS

COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

COP29 EM FOCO: DESTAQUES E PREPARATIVOS PARA A COP30 NO BRASIL



A 29ª Conferência das Partes (COP29) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) aconteceu entre os dias 11 e 22 de novembro em Baku, Azerbaijão, com as negociações finais se estendendo até o domingo, 24.

Os debates ao longo dos dias abordaram temas cruciais, como a **regulamentação de um mercado global de carbono**, o **financiamento climático**, além da **implementação de medidas de adaptação**, **ampliação dos compromissos de mitigação**, entre outros. Com olhos no futuro, os holofotes já começam a se voltar para a COP30, que será realizada no Brasil, em Belém do Pará, em 2025.

A Perspectivas acompanhou mais uma vez in loco as discussões que perpassam o evento e, nesta edição da Newsletter Perspectivas, nossa equipe traz os principais destaques desse importante fórum.

A IMPORTÂNCIA DAS CONFERÊNCIAS MUNDIAIS DO CLIMA

As Conferências das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP) são o principal fórum global para discussões e tomadas de decisão sobre questões climáticas. Realizadas anualmente desde 1995, as COPs reúnem líderes de governos, representantes do setor privado, sociedade civil, organizações internacionais e acadêmicos para negociar e implementar ações de enfrentamento às mudanças climáticas.



Foto: Sara Mauvoisinã / Hup Amazônia



Visita de parlamentares e imprensa ao maior parque industrial químico da Alemanha, organizada durante a COP23



Jorge Viana, presidente da APEX e Marina Mattar, CEO da Perspectivas

A importância das COPs vai além das negociações governamentais: elas são plataformas estratégicas para fomentar inovação, promover parcerias entre os setores público e privado e alinhar esforços globais em direção a uma economia de baixo carbono. Nesse contexto, as COPs têm sido decisivas para impulsionar o engajamento de empresas e instituições em soluções sustentáveis, fortalecendo a transição energética e a ação climática em escala global.

A participação ativa da Perspectivas nas Conferências reflete seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a promoção de economias de baixo carbono. **Desde 2016, temos desempenhado papéis estratégicos em diversos eventos, de Marrakech a Baku, contribuimos**

para discussões cruciais sobre ação climática e transições econômicas.

A realização da COP30 em Belém, no Brasil, em 2025, representa uma oportunidade única para o país demonstrar sua liderança climática global. Com sua vasta biodiversidade, matriz energética limpa e riqueza de recursos naturais, o Brasil tem o potencial de se consolidar como referência em soluções de baixo carbono.

Este será um momento estratégico para destacar iniciativas nacionais, fortalecer a articulação entre os setores público e privado e atrair investimentos voltados para a economia baixo carbono.

PERSPECTIVAS NAS COPs



POR DENTRO DA COP29

A Conferência deste ano ocorreu no Estádio Olímpico de Baku e recebeu mais de 70.000 pessoas ao longo das duas semanas de evento. Assim como nas edições anteriores, o espaço foi dividido entre Blue e Green Zone.

BLUE ZONE

Destinada às negociações oficiais, as organizações da ONU, aos países e instituições. Também abriga eventos paralelos, como sessões, reuniões e coletivas de imprensa, que ocorrem ao longo da Conferência.



GREEN ZONE

Destinada principalmente para instituições da sociedade civil, também conta com participações de órgãos do governo e, nas últimas edições o setor privado também vem ganhando destaque no espaço.

Nesse ano, o Brasil contou com quatro espaços na Conferência. Na Blue Zone o país apresentou o Pavilhão Brasil e o Consórcio Amazônia Legal. Na Green Zone, a Casa Brasil, promovida pelo Ministério do Turismo, em parceria com o Sebrae, destacou as iniciativas nacionais de turismo sustentável. Ainda na Green Zone, o setor privado também se destacou com o espaço da Confederação Nacional da Indústria (CNI).





DE BAKU À BELÉM

O Brasil se destacou por um posicionamento estratégico na COP29, refletindo sua preparação para sediar a próxima Conferência das Partes, a COP30, em 2025, na cidade de Belém, no Pará. Este protagonismo reforçou as expectativas globais em torno do país, especialmente no avanço de pautas cruciais como o **mercado de carbono** e o **Novo Objetivo Quantificado Coletivo (NCQG)**, fundamentais para viabilizar as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) de países em desenvolvimento, incluindo o Brasil.

Entre as ações de destaque, o país contou com iniciativas como o **Pavilhão Brasil** e o **Hub Amazônia**, ambos localizados na Blue Zone, além do espaço **Casa Brasil**, promovido pelo Ministério do Turismo. Este último apresentou painéis sobre a **Amazônia brasileira, turismo sustentável, infraestrutura nacional e oportunidades de comércio e investimento**, posicionando o Brasil como anfitrião da COP30. O Hub Amazônia também se destacou na promoção de importantes discussões e organizou o COP30 Day, com debates que reforçaram os investimentos e reformas planejados para preparar Belém para receber a Conferência. Também foram debatidos objetivos políticos estratégicos, como o plano “De Baku a Belém”, iniciativa dos governadores da Amazônia Legal que visa fomentar investimentos e cooperação internacional para a região.



Durante a COP29, o Brasil contou com a segunda maior delegação (1.914 pessoas), atrás apenas do Azerbaijão, e, sob a liderança do vice-presidente, Geraldo Alckmin, foi o segundo país a apresentar suas NDCs atualizadas, sinalizando um compromisso renovado com metas climáticas ambiciosas.

Nova NDC Brasileira:



META DE REDUÇÃO LÍQUIDA

59% a 67% até 2035
ano base 2005

Equivalente a emissões entre 850 milhões e 1,05 bilhão de toneladas de CO₂.

O compromisso abrange todos os setores econômicos e está alinhado com o objetivo do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura média global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Essa meta é sustentada pelo Balanço Global (Global Stocktake), aprovado na COP28, e reafirma a trajetória do Brasil rumo à neutralidade climática até 2050, demonstrando a convergência entre as políticas nacionais e as demandas internacionais por uma transição sustentável e equitativa.

Nos debates que abordaram os passos do Brasil da COP29 para a COP30, a ministra

do Meio Ambiente, Marina Silva, enfatizou a importância de que os países apresentem NDCs alinhadas à meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C. Para isso, o Brasil propôs incluir temas prioritários na agenda da COP30, como a proteção de comunidades indígenas e afrodescendentes, a garantia de subsistência para populações vulneráveis e a sinergia entre diferentes conferências climáticas.



“A ciência é clara, o caminho de Dubai, Baku e Belém é a última chance de inflexão decisiva rumo a 1,5°C.”

- Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima

O governador do Pará, Helder Barbalho, também se destacou ao posicionar o estado como protagonista das ações climáticas globais, em preparação para sediar a COP30. Durante o painel “From Baku to Belém and Beyond”, o governador enfatizou o simbolismo de trazer a Conferência para a Amazônia, maior floresta tropical do mundo, e ressaltou a necessidade de integrar desenvolvimento urbano e preservação ambiental, reafirmando a importância de articular esforços locais, nacionais e internacionais para transformar a região em modelo de desenvolvimento de baixo carbono.

DESTAQUES

Resultados das Negociações



Financiamento Climático:

Acordo em relação ao valor que os países desenvolvidos deverão disponibilizar para países em desenvolvimento.

Objetivo:

US\$ 1.3 tri/ano até 2035

Acordado:

US\$ 300 bi/ano até 2035

Apesar das tentativas brasileiras e de outros países em polir o acordo final, o resultado foi considerado decepcionante pela maioria das partes, com um valor final aquém do esperado. Além disso, com a vitória de Trump nos Estados Unidos é esperado que o país saia do Acordo de Paris, como ocorreu em seu governo passado, e com isso perde-se o financiamento climático da maior economia do mundo, o que deve afetar a disposição de outras nações a cumprirem com o valor.

Com um sentimento de que as nações desenvolvidas não estão cumprindo com suas responsabilidades, abre-se espaço para um crescente ator global no âmbito da economia climática: a China. Nessa COP, o país asiático assumiu uma posição de liderança frente às demandas do G77, grupo econômico das nações em desenvolvimento, guiando as negociações frente à plenária. Além disso, a China já vem disponibilizando milhões para essas nações, com foco em ação climática, majoritariamente por empréstimos, por meio da cooperação Sul-Sul e pelo Financiamento Verde e a Iniciativa Cinturão e Rota.

Vale destacar que a China ingressou no mercado de carbono em 2021 e é, atualmente, o maior mercado em volume de emissões, com preços baixos por tonelada de carbono e focado inicialmente no setor de energia.

Tais ações reforçam que, com o crescimento em importância da economia de baixo carbono em razão do aumento das mudanças climáticas, esses acordos transformam-se em um importante aparelho político capaz de aumentar a influência de certas nações e diminuir de outras.



Meta Global de Adaptação (GGA):

Consenso sobre os critérios dos indicadores específicos para avaliar o progresso da resiliência dos países às mudanças climática, em relação as metas do Programa de Trabalho UEA-Belém, que será finalizado na COP30.



Mecardo Global de Carbono:

Consenso sobre as regras para a operacionalização do Artigo 6 do Acordo de Paris.

O FUTURO DO MERCADO DE CARBONO

No mercado global de carbono, houve avanços significativos nas discussões sobre os mecanismos previstos nos Artigos 6.2 e 6.4 do Acordo de Paris. Enquanto o Artigo 6.2 trata de cooperações bilaterais de mercado de carbono, o Artigo 6.4 estabelece um mecanismo global de mercado. Os principais destaques dos textos aprovados incluem:

ARTIGO 6.2

Estabelece regras de transparência para acordos bilaterais de comercialização de créditos de carbono entre países.

Principais Resoluções:

Permitir que países vendam reduções ou remoções de gases de efeito estufa (GEE) excedentes de suas metas nacionais para outros países.

Garantir critérios claros para a seleção de atividades elegíveis para gerar créditos de carbono.

Demandar transparência em questão às unidades usadas para o comércio de emissões.

Estabelecer plataforma para envio de relatório anual de créditos bilaterais negociados.

Dados passarão pela análise do reconhecimento automático da plataforma que determinará os créditos gerados.

ARTIGO 6.4

Define critérios para a aprovação de metodologias e atividades de remoção de gases de efeito estufa (GGE), garantindo que apenas atividades certificadas possam gerar créditos de carbono negociáveis em um contexto de mercado global voluntário.

Principais Resoluções:

Estabelece que o Órgão Supervisor terá atribuições para definir metodologias e elementos operacionais que serão aceitos a fim de validar as atividades do mercado voluntário de carbono.

Permite a adaptação das metodologias do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) como parte das atividades a serem aceitas.

Estabelece regras para definir o que será de fato considerado remoção de emissões e como será medido.

Analisar o verdadeiro impacto de armazenamento de CO₂ na neutralização de emissões.



CONTEXTO BRASILEIRO:

No plano doméstico, o Brasil consolidou seu alinhamento com a agenda climática global ao instituir o **mercado de carbono nacional**. Após um amplo esforço dos atores envolvidos, o projeto foi **aprovado no Congresso Nacional durante a COP29** e **sancionado pelo presidente da República em 11 de dezembro**, um mês após a data de início da Conferência. Dentre os pontos principais da nova legislação, destacamos:

SBCE: Estabelece o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE).

Marco Regulatório: Cria um marco regulatório para o mercado de carbono no Brasil, alinhado às metas climáticas globais.

Criação de um órgão regulador: Monitoramento de empresas com emissões superiores a 10 mil toneladas de CO₂ por ano.

Obrigatoriedade de compensação: Indústrias que emitirem mais de 25 mil toneladas anuais deverão adquirir cotas de emissão no mercado interno.

AGRO

Embora o agronegócio não tenha sido incluído na regulamentação, foram definidas diretrizes para projetos destinados a povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, respeitando a consulta prévia e informada (Convenção 169 da OIT).



AS DISCUSSÕES QUE A COP TRAZ

Com diferentes espaços para o debate, as mais variadas discussões acontecem simultaneamente nos pavilhões dos países, instituições e organizações e em espaços oficiais da UNFCCC. Na Blue Zone, além do pavilhão do governo brasileiro e da Amazônia Legal, destacamos os pavilhões dos Climate Funds, do Banco Mundial, dos Bancos

Multilaterais de Desenvolvimento, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e do Global Renewables Hub.

Os painéis ao longo das duas semanas da Conferência abordaram sobretudo o processo de **transição energética**, as **negociações para o mercado de carbono**

global, o uso da **tecnologia** como um aliado para criar métodos inovadores com o objetivo de alcançar uma economia net-zero e formas de **colaboração entre os setores público e privado** a fim de alcançar metas climáticas globais.

O **Banco Mundial e os Bancos de Desenvolvimento** reuniram economistas e analistas políticos a fim de discutir principalmente as possibilidades de financiamento para países emergentes e as oportunidades que a transição energética pode trazer para essas economias. Enquanto o **Global Renewable Hub** teve como foco apresentar as diferentes formas que a energia renovável pode beneficiar diferentes setores da economia, promover a biodiversidade e ajudar a população, os **Climate Funds** trouxeram um olhar mais específico para esses tópicos, focando no setor industrial e os processos de descarbonização e como garantir uma transição segura para a produção.

O **Espaço Brasil** contou com uma agenda abrangente e estratégica, com discussões centradas em seis temáticas principais refletindo os desafios e oportunidades da transição para uma economia sustentável e resiliente. Os painéis abordaram medidas para direcionar recursos públicos e privados para atividades inovadoras e inclusivas,

posicionando o Brasil na vanguarda da descarbonização econômica, enfatizaram o fomentando à inovação, a geração de empregos verdes e o desenvolvimento de produtos com alto valor agregado e discutiram soluções que aliam prosperidade econômica à preservação dos biomas.



Na **transição energética**, o Brasil também apresentou sua liderança em energia limpa, explorando sua capacidade para a produção de combustíveis de baixo carbono e energias renováveis, assim como discutiu a criação de infraestruturas resilientes, a prevenção de desastres e a mobilização de recursos para mitigar os impactos climáticos, promovendo justiça climática e fortalecendo a resiliência nacional.

Também destacamos os debates em torno de como a ciência, tecnologia e inovação usados para promover a transição energética e descarbonização também podem ser transferidos para **sistemas agroalimentares**, a fim de promover mais resistência às mudanças climáticas.





O AGRO SUSTENTÁVEL NO CENTRO DO FINANCIAMENTO

Apesar dos debates sobre financiamento terem sido difíceis, alguns avanços foram feitos quanto ao direcionamento de financiamento para sistemas agroalimentares, a fim de promover segurança alimentar de forma sustentável.

Como país sede da Conferência, a presidência da COP29 apresentou a **Baku Harmoniya Climate Initiative for Farmers**. Com foco no setor agrícola, a iniciativa visa atrair investimentos públicos e privados, trabalhando com bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) e bancos públicos de desenvolvimento agrícola (PDBs), por meio de uma plataforma colaborativa, supervisionada pela ONU, capaz de atender as necessidades de fazendeiros através do compartilhamento de informações e identificação de forma rápida das demandas financeiras, além de trabalhar com governos para tornar os investimentos no setor mais atraentes, em conformidade com as políticas globais de sustentabilidade.

Nesse sentido, o Banco Mundial também reafirmou que **dobrar o financiamento agrícola de US\$4,5 bilhões para US\$9 bilhões por ano até 2030**, incluindo um foco significativo na adaptação.

O Brasil também prometeu manter os sistemas alimentares no centro da agenda em 2025, na COP30. Ao apresentar a atualização de sua NDC, o país destaca a implementação do **Plano de Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (Plano ABC+)**, do **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**, do **Programa Bioeconomia Brasil Sociobiodiversidade**, do **Programa Nacional de Bioinsumos** e do **Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas Sustentáveis de Produção Agrícola e Florestal (PNCPD)**, nova iniciativa que visa converter pastagens de baixa produtividade em áreas agrícolas ao longo de dez anos.

No âmbito das negociações, o **Sharm el-Sheikh joint work on implementation of climate action on agriculture and food security**, criado na COP27, avançou na definição para o desenvolvimento do **portal online de Sharm el-Sheikh**, destinado a categorizar e organizar submissões de projetos, iniciativas e políticas com foco na ação climática em agricultura e segurança alimentar. O G77, coalizão de nações em desenvolvimento, em conjunto com a Austrália, apresentaram a estrutura do portal, que deve ser finalizado até junho de 2025.

O SETOR PRIVADO LIDERANDO A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Sendo um dos principais agentes de transformação para a transição global rumo a uma economia de baixo carbono, o setor privado desempenha um papel fundamental nas Conferências Mundiais do Clima. Empresas e indústrias têm demonstrado sua capacidade de implementar soluções inovadoras, viabilizar investimentos e desenvolver tecnologias que impulsionam a descarbonização. Assim, o setor privado se posiciona cada vez mais como protagonista nesse cenário.

O Brasil, em particular, possui condições únicas para liderar esse processo, como apontado pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, durante o evento pré-COP29 organizado pela entidade, e reforçado pelos representantes do setor privado nacional que estiveram presentes na Conferência de 2024. O país combina um território vasto, abundância de recursos naturais e um clima favorável, que o posicionam estrategicamente para desenvolver uma matriz energética limpa, tornando sua indústria mais dinâmica e competitiva.

Com um amplo espaço na Green Zone, a CNI promoveu importantes debates sobre transição energética e sustentabilidade. Destacamos as discussões em torno dos desafios e oportunidades para o Brasil em áreas como **minerais críticos, veículos eletrificados, bioeconomia, e hidrogênio verde**. O papel da indústria, do **setor de seguros**, e do **agronegócio** na descarbonização, também foram temas de destaque.

O espaço da indústria contou com a presença de importantes autoridades, como o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, o governador do Pará, Helder Barbalho, o presidente da Apex, Jorge Viana, além de parlamentares, executivos e outros líderes que reforçaram a relevância da agenda climática para o futuro do país.



A agenda verde já se consolidou como uma prioridade global, e o Brasil, com seu potencial único em recursos naturais e matriz energética limpa, está estrategicamente posicionado para liderar essa transição. **O setor privado brasileiro tem uma oportunidade inigualável de se destacar nas COPs, especialmente com a COP30 acontecendo no Brasil**, demonstrando sua capacidade de inovação, atraindo investimentos e contribuindo significativamente para as metas climáticas globais. Essa jornada, que não tem mais volta, é uma chance para o país mostrar ao mundo o seu papel de liderança na criação de soluções que possibilitem que outras nações também reduzam suas emissões.



A COP deste ano apresentou grandes discussões sobre financiamento climático e levantou diversas oportunidades para o setor privado no que se refere à transição energética, mercado de carbono e inovações para uma economia sustentável. **A Perspectivas tem trabalhado intensamente para garantir que o setor privado esteja bem representado nas discussões e negociações climáticas, e para promover uma economia global de baixo carbono.**

Com esse intuito, nossa equipe acompanha as Conferências Mundiais do Clima desde 2016 e, nesse ano, em Baku, no Azerbaijão, teve novamente uma participação ativa na organização de diversos painéis de discussão de diferentes organizações, assim como, um intenso trabalho de networking com líderes do setor privado e governos. Nosso foco é ajudar nossos clientes a se

posicionarem de forma estratégica para acelerar a transição para um futuro sustentável e financeiramente viável.

Estamos participando ativamente do movimento de preparação para a COP30 que ocorrerá no Brasil no ano que vem. A Perspectivas segue firme em seu compromisso de ser um elo entre o setor privado e as soluções climáticas globais. As discussões iniciadas na COP29 sobre mercado de carbono e financiamento para inovações no setor privado devem ganhar ainda mais força em Belém e visamos poder preparar o setor para estar à frente dessas negociações a fim de garantir o maior aproveitamento dessas oportunidades. **Estamos construindo as pontes necessárias para que a agenda climática avance e reforçando o papel do setor privado como um motor de mudança.**

À medida que o financiamento climático torna-se cada vez mais necessário, os países que tomarem frente serão capazes de construir não somente alianças econômicas, mas também políticas que podem afetar todo o ordenamento atual. Dessa forma, acompanhar as tendências dos acordos globais é de extrema relevância para saber os próximos passos a serem tomados em negociações, investimentos e expansão de produção.

- **Letícia Macário**, coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais

SOBRE A PERSPECTIVAS

A Perspectivas é uma consultoria de Comunicação e Relações Institucionais especializada em estratégia de advocacy e comunicação com base nos pilares do diálogo, da ética e da transparência e com foco em Economia de Baixo Carbono e gestão de frentes parlamentares.

Acesse as edições anteriores de nossa newsletter, em português e inglês, em: www.perspectivasbr.com/newsletter

Contato: perspectivas@perspectivasbr.com